



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015456-87.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Maiara Flaviane Pagoto Me**
 Requerido: **Banco Bradesco Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 10 de abril de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1569/13

Vistos

MAIARA FLAVIANE PAGOTO ME ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **BANCO BRADESCO S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese, que pretende a exibição de cópias do “contrato de prestação de serviços de correspondente no país” que firmou com o réu, de todos os anexos que o integram, bem como do contrato de seguro e os extratos mensais desde 15/02/2008 para que possa instruir possível ação revisional.

A requerida foi citada, contestou e apresentou documentos às fls. 23 e ss.

A fls. 103/105 a requerente mostrou-se satisfeita com os documentos apresentados.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a

0015456-87.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

exibição e posterior conferência de documentos que se encontravam em poder do requerido e são “comuns” à autora, sua cliente/segurada.

Peticionando a fls. 21/22 o postulado não negou o dever de exhibir, tão pouco a existência dos referidos documentos.

Após a citação, compareceu e apresentou os documentos solicitados.

A autora tem legítimo interesse na aludida exibição, já que como dito, é cliente da ré.

A presente decisão tem assim conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva da requerida contra o pedido inicial.

No mais, alcançada a finalidade sem resistência, não há que se falar em sucumbência.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e, isento o requerido do pagamento de encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 15 de abril de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**